

ESTUDANTES POBRES E NEGROS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: ANÁLISES PSICOSSOCIAIS E INTERSECCIONAIS¹

MAISA ELENA RIBEIRO

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil.

ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil.

RESUMO: Este trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de doutorado que busca identificar e analisar as desigualdades econômicas, raciais e educacionais no ensino superior no Brasil. Para tanto foram realizadas análises documentais no Censo da Educação Superior de 2022 e de um questionário respondido por 143 estudantes de cursos de Psicologia de todas as regiões do Brasil. Os resultados gerais, para todos os cursos de graduação do país, indicam a prevalência de IES privadas (87,8%) e aumento de cursos EAD. O racismo revela-se pela pouca representatividade de pessoas negras no ambiente universitário e pela negligência quanto às informações raciais nos documentos oficiais. A análise do questionário aponta elementos da desigualdade racial expressos no âmbito da renda e escolaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo; Estudantes Trabalhadores; Ensino Superior; Formação em Psicologia.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é marcada pelo racismo. Desde a invasão dos portugueses a este território, a organização social, econômica e política do país é estruturada e organizada em torno da exploração de pessoas negras e indígenas; tal processo de exploração materializa-se por intensas violências e deturpação desses corpos e subjetividades, marcadas pelas desigualdades raciais que iniciaram no período de colonização e têm reflexos até os dias atuais (Almeida, 2019).

Compreender as manifestações do racismo na sociedade brasileira é compreender que todas as pessoas são afetadas pelas desigualdades inerentes ao capitalismo colonial que nos caracteriza, mas a maneira como esses impactos afetam as pessoas vai depender da sua raça², classe social e gênero. Por isso, falar em desigualdades raciais é compreender que se identificar ou ser identificado como branco, pardo, preto, amarelo ou indígena é ser atravessado objetivamente e subjetivamente por uma série de dificuldades ou facilidades a depender de como se identifica ou é identificado racialmente. Quando falamos em racismo e relações raciais, há uma tendência a pensar apenas em pessoas negras; no entanto, racializar também pessoas brancas e compreender o seu papel na manutenção dessas desigualdades é essencial para uma compreensão integral das relações raciais e consequentemente das estratégias de enfrentamento e combate ao racismo (Bento, 2022; Davis, 2016; Gonzalez, 2020).

A autora Maria Aparecida Bento (2022), em seu livro *O pacto da branquitude*, evidencia que ser identificado como negro reflete em diversas dificuldades que vão desde a identificação e afirmação da identidade até as relações afetivas e de trabalho. Por outro lado, ser identificado como branco, reflete em inúmeras facilidades, é ser visto como ser universal, o que reflete em não ter sua identidade e capacidades questionadas por sua identidade racial, e sempre se ver e sentir supra representado nos espaços de poder e prestígio. Tal tendência à supra-representação traz uma deturpação desta subjetividade, que naturaliza as desigualdades e faz com que as pessoas brancas ajam conscientemente e inconscientemente para a manutenção de privilégios historicamente construídos, o que a autora caracteriza como o pacto da branquitude.

O racismo tem consequências objetivas e subjetivas; a manifestação das desigualdades objetivas imputa percepções que refletem essas desigualdades, que reservam guetos simbólicos a pessoas negras. Os guetos são espaços marginais e de pouco prestígio que são reservados para as pessoas negras. Em uma pesquisa sobre representações sociais expressas em adjetivos e contextos, a autora Ângela Soligo (2014) confirma que as pessoas negras são descritas em espaços de subalternidade, principalmente em serviços domésticos e braçais. Por outro lado, pessoas negras não aparecem descritas nos espaços educativos, como confirma a autora:

Não encontrei, como contexto a inserção do homem e da mulher negros, a escola, a universidade, enfim os espaços educativos, o que pode revelar, ao mesmo tempo que esses grupos estão sub-representados nesse contexto, e também que esses não são reconhecidos como seus espaços legítimos de pertença (Soligo, 2014, p. 188).

Os guetos, no Brasil são realidades materiais expressas nos indicadores de desigualdade racial, mas que não são reconhecidas socialmente devido ao mito da democracia racial. Esses guetos persistem nas representações sociais sobre as pessoas negras e os espaços sociais que devem ocupar, e como representações objetivam-se nas muitas discriminações vivenciadas por negras e negros, por isso foram denominados guetos simbólicos.

Tais resultados indicam uma realidade desigual, uma construção social que demanda ações de enfrentamento no plano material e simbólico. E isso é um compromisso ético-político que precisa ser efetivado. Colocar o conhecimento a serviço da construção de uma sociedade mais justa e democrática, em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros, em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos. Para tanto, é preciso mudar a consciência para mudar a realidade e é preciso mudar a realidade para mudar a consciência (Martín-Baró, 1997).

No entanto, o que se observa é que o pacto da branquitude, reflete-se também nas pesquisas científicas que, em sua maioria, não racializam as pessoas e não refletem sobre a manifestação do racismo nas mais diferentes esferas da vida como família, escola, trabalho. Neste sentido as autoras Collins e Bilge (2021) discutem a urgência do conceito de interseccionalidade para o desenvolvimento de investigações e práticas críticas comprometidas ética e politicamente com o desvelamento e enfrentamento as

principais violências e desigualdades que assolam a sociedade, e isso implica em trazer para o centro das pesquisas e teorias a intersecção de classe social, raça e gênero.

Diante do exposto, a pesquisa de doutorado em desenvolvimento procura evidenciar e compreender as desigualdades de classe social e raça no ensino superior, tendo como objetivo identificar e analisar os processos psicossociais de exclusão de classe e raça presentes no percurso acadêmico de estudantes de psicologia de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas do Brasil. Neste trabalho, iremos tratar especificamente da identificação e análise das desigualdades econômicas, raciais e de escolaridade presentes nos dados do censo da educação superior (Brasil, 2022a) e expressas no questionário respondido por 143 estudantes de psicologia do Brasil.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca em informações documentais e de campo realizar análises psicossociais e interseccionais sobre a vivência dos estudantes do ensino superior privado. Serão apresentados os resultados da análise documental do Censo da Educação Superior de 2022 e do questionário semi-fechado respondido por 143 estudantes de Psicologia de todas as regiões do Brasil³. Nestes documentos foram identificados reflexos da desigualdade racial expressos no âmbito do trabalho, renda e escolaridade.

As análises partiram dos estudos da Psicologia Social Crítica (Martín-Baró, 2017) e das pesquisas e aportes sobre relações raciais e interseccionalidade (Gonzalez, 2020; Collins, Bilge, 2021), uma vez que se defende a necessidade de pesquisas que tragam os determinantes de classe, raça e gênero para o centro das análises, para impulsionar ações institucionais e políticas para o combate ao racismo e garantia do direito à educação de qualidade para todas as pessoas.

Duas características fundamentais resumem como corpo acadêmico e ativistas de estudos de raça/classe/gênero estabeleceram as bases para a interseccionalidade como forma de investigação crítica. Partindo da ligação com o movimento social antes de passar para os cargos ocupados no ensino superior, eles identificaram duas facetas desse “trabalho nas interseções” ou, usando a linguagem deste livro, da adoção da interseccionalidade como ferramenta analítica: 1) uma abordagem para entender a vida e o comportamento humano enraizados nas experiências e lutas de pessoas privadas de direitos; e 2) uma ferramenta importante que liga a teoria à prática e pode auxiliar no empoderamento de comunidades e indivíduos (Collins, Bilge, 2021, p. 56).

Tais pressupostos da interseccionalidade foram basilares para o levantamento das informações, análises e discussões que serão apresentadas neste artigo.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS: REFLEXÕES A PARTIR DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

O Ensino Superior no Brasil vem passando por muitas transformações desde os anos 90. A criação de programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), resultaram em um projeto de expansão do Ensino Superior com forte investimento no setor privado, o que Freitas (2016) denomina como reforma empresarial da educação que está em curso no Brasil. Tal reforma tem

como característica privilegiar o lucro das IES privadas em detrimento da qualidade da educação.

Está em jogo nessa política a disputa pelo controle tanto da “gestão” escolar como do próprio “processo formativo” da juventude (objetivos, métodos e conteúdos) (Freitas, 2014), ambos aspectos fundamentais para o controle ideológico da escola e seu alinhamento à lógica das necessidades do aparato produtivo (Freitas, 2016, p. 140).

O resultado desse projeto pode ser observado nos indicadores do Censo da Educação Superior, que indica na publicação de 2022 referente ao ano de 2021 que 87,8% das IES são privadas, enquanto apenas 12,2% são públicas. Além disso, há um forte apelo pela ampliação do EaD, que se reflete também nos indicadores da educação superior. No ano de 2021 as matrículas na modalidade EaD representavam 62,8% das novas matrículas no Ensino Superior; ultrapassando as matrículas no ensino presencial, que neste mesmo ano foram de apenas 37,2%. As IES privadas concentram 91,6% dos cursos EaD (Brasil, 2022).

Quando os indicadores do Ensino Superior começaram a ser organizados em um Censo pelo Ministério da Educação, no ano de 2001, as informações de cor/raça de estudantes e professores não eram coletadas. As informações raciais foram incorporadas na coleta apenas em 2005, mas não como dado de preenchimento obrigatório, o que fez com que as IES não se preocupassem em coletar essas informações. Foi apenas em 2016, 15 anos após a criação do banco de dados, que o quesito cor/raça passou a ser de preenchimento obrigatório.

No entanto, mesmo com a obrigatoriedade do preenchimento dessas informações, ainda se observa uma subnotificação ou ausência desses dados detalhados nos materiais de divulgação, como nas sinopses ou notas estatísticas. Quando olhamos para o perfil⁴ de estudantes e professores do ensino superior, as desigualdades são novamente confirmadas. Nas IES públicas prevalecem professores doutores com tempo integral e dedicação exclusiva, nas IES privadas estão mais presentes professores com mestrado e tempo parcial de dedicação ou horistas; em ambos os tipos de IES, há um predomínio de professores homens na faixa etária de 40/41 anos. Em todas as modalidades de ensino superior (presencial e EaD), o perfil dos ingressantes de graduação em 2021 foi: mulheres, brancas, IES privadas, cursos noturnos, estudantes oriundos de escolas públicas, cursando bacharelado (Brasil, 2022a; 2022b).

Chama a atenção o fato de o documento trazer a indicação racial no perfil dos estudantes, mas não trazer quando indica o perfil racial dos docentes. Os indicadores confirmam que a maioria dos docentes são homens, e a maioria do corpo discente são mulheres. Compreende-se que a falta de importância dada a essas informações pelos órgãos oficiais reflete o racismo estrutural (Almeida, 2019), a ideologia da democracia racial (Soligo, Gonçalves e Jango, 2017) e o pacto da Branquitude (Bento, 2022).

Sobre a importância de trabalhar com dados interseccionais nas pesquisas educacionais, os autores Carvalhaes e Ribeiro, 2019 afirmam:

As pesquisas sobre estratificação educacional que tratam o acesso ao ensino superior de forma agregada, por sua vez, são insensíveis à heterogeneidade do sistema. Ao analisar apenas o acesso ao ensino superior, sem levar em conta o acesso a diferentes tipos de instituição (pública ou privada) e a diferentes cursos superiores (carreiras), um conjunto não trivial de informações sobre a desigualdade é agregado, e a heterogeneidade que permeia o sistema não é conhecida (Carvalhares; Ribeiro, 2019, p. 197).

Os autores concluem que:

Em suma, a literatura sobre estratificação horizontal do ensino superior sugere que, em diversos países, as condições socioeconômicas das famílias dos estudantes estão fortemente associadas ao tipo de curso e de instituição aos quais esses estudantes têm acesso (p. 200).

Tais reflexões indicam que mesmo quando acessam o ensino superior, as pessoas negras acabam ingressando em IES e cursos de menor qualidade e reconhecimento.

No ano de 2012 foi instituída a lei de cotas no ensino superior no âmbito federal, Lei nº12.711/2012 - que estabelece a reserva de 50% das vagas para estudantes que cursaram o ensino médio integralmente em escolas públicas (Brasil, 2012). Além disso a Lei estabelece uma porcentagem de reservas de vagas para estudantes negros e indígenas de acordo com a distribuição deste grupo na região onde se localiza a IES. A Lei de cotas é um grande avanço, pois impulsionou a presença de pessoas negras e indígenas no ensino superior público e, conseqüentemente, ampliou também o debate e pesquisas sobre o tema. No entanto, essa lei é voltada apenas para as IES públicas federais, e como pudemos observar, a maioria das vagas no ensino superior são em IES privadas.

Descortinam-se nesses indicadores os vieses de classe, raça e gênero que marcam nossa sociedade o que reforça a importância das ações afirmativas para o setor.

DESGUALDADES RACIAIS, ECONÔMICAS E EDUCACIONAIS EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

Após reflexões sobre o ensino superior com base nos dados do Censo do ensino superior, apresentamos os dados de um questionário divulgado em território nacional que obteve 143 respostas de estudantes de cursos de Psicologia de IES privadas. A análise do questionário aponta outros elementos da desigualdade racial expressos na renda dos estudantes, bem como na escolaridade dos seus responsáveis.

Tabela 1: Renda, escolaridade dos responsáveis

Variáveis	Categorias	Cor/Raça						p-valor
		Amarelo	Branco	Indígena	Multiracial	Pardo	Preto	
Renda familiar Mensal	Sem renda	0 (0.00)	1 (0.01)	0 (0.00)	0 (0.00)	2 (0.07)	0 (0.00)	0.202
	até 2 salários mínimos	0 (0.00)	7 (0.07)	0 (0.00)	0 (0.00)	7 (0.26)	3 (0.20)	
	de 2 à 4 salários mínimos	0 (0.00)	31 (0.33)	1 (0.25)	0 (0.00)	10 (0.37)	8 (0.53)	
	de 4 à 10 salários mínimos	1 (1.00)	31 (0.33)	3 (0.75)	1 (1.00)	7 (0.26)	4 (0.27)	
	de 10 à 20 salários mínimos	0 (0.00)	18 (0.19)	0 (0.00)	0 (0.00)	1 (0.04)	0 (0.00)	
	acima de 20 salários mínimos	0 (0.00)	7 (0.07)	0 (0.00)	0 (0.00)	0 (0.00)	0 (0.00)	
Renda pessoal Mensal	Sem renda	0 (0.00)	35 (0.37)	1 (0.25)	0 (0.00)	10 (0.37)	3 (0.20)	0.597
	até 2 salários mínimos	0 (0.00)	36 (0.38)	2 (0.50)	0 (0.00)	12 (0.44)	8 (0.53)	
	de 2 à 4 salários mínimos	1 (1.00)	11 (0.12)	0 (0.00)	1 (1.00)	4 (0.15)	2 (0.13)	
	de 4 à 10 salários mínimos	0 (0.00)	6 (0.06)	1 (0.25)	0 (0.00)	1 (0.04)	2 (0.13)	
	de 10 à 20 salários mínimos	0 (0.00)	5 (0.05)	0 (0.00)	0 (0.00)	0 (0.00)	0 (0.00)	
	acima de 20 salários mínimos	0 (0.00)	2 (0.02)	0 (0.00)	0 (0.00)	0 (0.00)	0 (0.00)	
Escolaridade do responsável								

Continua...

	Fund. Completo	1 (1.00)	3 (0.03)	0 (0.00)	0 (0.00)	2 (0.07)	2 (0.13)	0.383
	Fund. Incompleto	0 (0.00)	11 (0.12)	0 (0.00)	0 (0.00)	4 (0.15)	2 (0.13)	
	Médio completo	0 (0.00)	13 (0.14)	1 (0.25)	0 (0.00)	7 (0.26)	6 (0.40)	
	Médio incompleto	0 (0.00)	7 (0.07)	0 (0.00)	0 (0.00)	2 (0.07)	1 (0.07)	
	Técnico ou profissional completo	0 (0.00)	10 (0.10)	0 (0.00)	0 (0.00)	0 (0.00)	2 (0.13)	
	Superior completo	0 (0.00)	28 (0.29)	1 (0.25)	1 (1.00)	4 (0.15)	1 (0.07)	
	Superior incompleto	0 (0.00)	7 (0.07)	1 (0.25)	0 (0.00)	2 (0.07)	0 (0.00)	
	Pós graduação completo	0 (0.00)	14 (0.15)	1 (0.25)	0 (0.00)	5 (0.18)	1 (0.07)	
	Pós graduação incompleto	0 (0.00)	2 (0.02)	0 (0.00)	0 (0.00)	1 (0.04)	0 (0.00)	
Bolsa estudantil	Não	1 (1.00)	55 (0.58)	1 (0.25)	1 (1.00)	11 (0.41)	6 (0.40)	0.255
	Sim	0 (0.00)	40 (0.42)	3 (0.75)	0 (0.00)	16 (0.59)	9 (0.60)	

Fonte: Ribeiro (2023). Questionário de pesquisa de doutorado em andamento “(SOBRE) VIVER NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO: Análises psicossociais e interseccionais de estudantes de Psicologia no Brasil”.

Dentre os participantes que responderam ao questionário, 95 estudantes (66,4%) de autodeclararam brancos, 27 pardos (18,9%), 15 pretos (10,5%), 4 indígenas (2,8), 1 amarelo (0,7%); como também havia a opção de criação de outras categorias, um participante (0,7%) respondeu multiracial. Tal resposta pode representar elementos sobre as problemáticas de afirmação da identidade racial no Brasil devido ao processo de tentativa de apagamento da identidade racial negra (Gonzalez, 2020). A soma das pessoas autodeclaradas pardas e pretas que formam o grupo de pessoas negras são 42 pessoas (29,4%). A partir dos dados da tabela, serão destacados alguns elementos que expressam desigualdades econômicas e educacionais dentre os participantes brancos e negros.

Renda

Para construção das categorias de renda foram utilizados os parâmetros do IBGE, que distribui as faixas de renda da seguinte forma: sem renda; até 2 salários mínimos; de 2 à 4 salários mínimos; de 4 à 10 salários mínimos; de 10 à 20 salários mínimos e acima de 20 salários mínimos.

Sobre a renda familiar mensal, dentre os participantes autodeclarados brancos, 7% apresentam renda acima de 20 salários mínimos; 19% de 10 a 20 salários mínimos; 33% de 4 a 10 salários mínimos; 33% de 2 a 4 salários mínimos; 7% renda de até dois salários mínimos e apenas 1% declarou-se sem renda.

Já entre os participantes declarados pardos não temos nenhuma pessoa com renda familiar acima de 20 salários mínimos; 4% de 10 a 20 salários mínimos; 26% de 4 a 10 salários mínimos; 37% de 2 a 4 salários mínimos; 26% renda de até dois salários mínimos e apenas 7% sem renda.

Entre os participantes autodeclarados pretos não temos nenhum participante com renda familiar acima de 20 salários mínimos e nem de 10 a 20 salários mínimos; 27% de 4 a 10 salários mínimos; 53% de 2 a 4 salários mínimos; 20% renda de até dois salários mínimos e nenhum se declarou sem renda.

Podemos observar a expressão da desigualdade econômica entre negros e brancos, uma vez que os indicadores encontrados na pesquisa dialogam com os dados do IBGE (2022):

Em 2021, o rendimento médio domiciliar per capita da população branca, de R\$1.866, era quase o dobro do verificado para as populações preta (R\$964) e parda (R\$945), diferença que se mantém desde o início da série histórica, em 2012.

Em relação à renda pessoal, as desigualdades nas faixas salariais menores são semelhantes; no entanto, nas faixas salariais maiores, acima de 10 salários mínimos, enquanto não são identificadas pessoas pardas e pretas, são identificados 5% dos participantes brancos com renda pessoal de 10 a 20 salários mínimos e 2% de estudantes brancos com renda pessoal acima de 20 salários mínimos.

Escolaridade dos Responsáveis

No questionário foi perguntado qual era o maior grau de escolaridade atingido por um dos responsáveis pela criação dos estudantes. A opção por responsáveis pela criação e não por pais, foi de incluir a diversidade de configurações familiares presentes na realidade brasileira.

Compreender a escolaridade dos responsáveis é importante para entender como o acesso ao ensino superior é oportunizado nas famílias negras e brancas e como esse acesso interfere nas perspectivas das futuras gerações dentro de uma mesma família. Indica também a quem as políticas de expansão do ensino superior, que tem mais de 20 anos, têm atingido.

Nesses indicadores, as desigualdades raciais também se fazem presentes, uma vez que 46%⁵ dos responsáveis pelos estudantes brancos têm ensino superior completo. Entre os estudantes pardos esse número cai para 37% e entre os estudantes pretos diminui ainda mais, com apenas 14% dos respondentes. Por outro lado, nos níveis de escolaridade mais baixos, observa-se que os estudantes pretos e pardos apresentam maiores índices, como pode ser visto na tabela.

Tais informações refletem o racismo estrutural (Almeida, 2019), que perpetua na população negra a condição de menor escolaridade em relação à população branca, o que leva consequentemente a trabalhos mais precarizados e pior remuneração. As informações analisadas confirmam também a expressão de uma realidade de desigualdade que mantém os guetos simbólicos (Soligo, 2014) e pacto da branquitude (Bento, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de expansão no ensino superior no Brasil têm como característica a reforma empresarial da educação (Freitas, 2016). Isso significa que, o que está em jogo não é um projeto de inclusão educacional e democratização do ensino, mas o lucro das empresas a qualquer custo e a manutenção dos privilégios de classe e raça. Mesmo diante dessas adversidades, é preciso reconhecer alguns avanços, no que tange à possibilidade de muitas pessoas pobres e negras conseguirem ingressar nesta modalidade de ensino nos últimos 20 anos. No entanto, ao analisarmos os indicadores, podemos observar que as desigualdades raciais, econômicas e educacionais ainda se fazem presentes. O que demanda pensar a ampliação de ações afirmativas para ingresso e permanência de pessoas negras no ensino superior, bem como a fiscalização e efetivação das políticas já existentes.

Além disso, são necessárias mais pesquisas que interseccionem essas desigualdades de classe, raça e gênero, para que ao evidenciá-las se possa romper com o pacto da branquitude (Bento, 2022) e guetos simbólicos (Soligo, 2014), e implementar ações e políticas públicas de uma inclusão educacional com qualidade para todas as pessoas.

No país que tem a maior parte da sua população negra, e onde se concentra o maior número de pessoas negras fora do continente africano, é preciso que essa representatividade esteja expressa também nos altos níveis de ensino e da gestão. Por isso, faz-se necessário enegrecer o ensino superior em todas as instâncias, pública e privada, e em todos os cargos, entre estudantes, professores, demais funcionários e gestores. Não há democracia possível sustentada pelo racismo, e não há projeto de inclusão educacional eficaz que não se atente para o enfrentamento das desigualdades raciais, econômicas e de gênero no ensino superior.

Artigo recebido em: 21/03/2024
Aprovado para publicação em: 13/03/2025

POOR AND BLACK STUDENTS IN PRIVATE HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: PSYCHOSOCIAL AND INTERSECTIONAL ANALYZES

ABSTRACT: This paper presents the partial results of a doctoral research project and seeks to identify and analyze economic, racial, and educational inequalities in higher education in Brazil. To this end, documentary analyses were carried out in the 2022 Higher Education Census and a questionnaire answered by 143 Psychology students from all regions of Brazil. The general results, for all undergraduate courses in the country, indicate the prevalence of private HEIs (87.8%) and an increase in distance learning courses. Racism is revealed by the low representation of black people in the university environment and by the neglect of racial information in official documents. The analysis of the questionnaire points to other elements of racial inequality expressed in the scope of income and education.

KEYWORDS: Racism; Working Students; University Education; Training in Psychology.

ESTUDIANTES POBRES Y NEGROS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR PRIVADA EN BRASIL: ANÁLISIS PSICOSOCIALES E INTERSECCIONALES

RESUMEN: Este trabajo presenta los resultados parciales de una investigación doctoral y busca identificar y analizar las desigualdades económicas, raciales y educativas en la educación superior en Brasil. Para ello, se realizaron análisis documentales del Censo de Educación Superior 2022 y de un cuestionario respondido por 143 estudiantes de Psicología de todas las regiones de Brasil. Los resultados generales, para todas las carreras de pregrado del país, indican la prevalencia de las IES privadas (87,8%) y un aumento de los cursos a distancia. El racismo se revela en la baja representación de la población negra en el ámbito universitario y en la negligencia respecto a la información racial en los documentos oficiales. El análisis del cuestionario destaca otros elementos de desigualdad racial expresados en el contexto de los ingresos y la educación.

PALABRAS CLAVE: Racismo; Estudiantes que Trabajan; Enseñanza Superior; Formación en Psicología.

NOTAS

1- "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001" / "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001" em conformidade com a Portaria CAPES nº 206, de 4 de setembro de 2018.

2- Raça aqui entendida em seu sentido sociológico.

3- A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil, foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa de Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da Unicamp, sob o registro CAAE: 47915221.2.0000.8142.

4- Segundo o documento do INEP, para construção do perfil é considerada a moda de cada atributo selecionado separadamente (BRASIL, 2022, p. 10, 11).

RIBEIRO, M. E.; SOLIGO, A. F.

5- Foi feita a soma dos que têm ensino superior completo e pós-graduação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 256 p.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 152 p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022a.

Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf Acesso em: 23 mai. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da**

Educação Superior 2021: divulgação dos resultados para imprensa. Brasília, DF: Inep,

2022b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lvCJoHH_jjY e

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados> Acesso em: 23 mai. 2023.

BRTASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 162, p. 1-2, 30 de ago. 2012.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional.

Tempo Social, v. 31, n. 1, p. 195–233, jan. 2019. DOI <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/xwLJY7HjWj6DZrbG85cPwgp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2023.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021. 288 p.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 248 p.

FREITAS, L. C. DE. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: Perdendo a ingenuidade. **Cadernos CEDES**, v. 36, n. 99, p. 137–153, maio 2016. DOI

<https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160502>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/RmPTyx4p7KXfcQdSMkPGWFy/abstract/?lang=pt> Acesso em: 26 jul. 2023.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-atino-americano**. Flávia Rios, Márcia Lima (org). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por e raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica n.41. IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, p. 7–27, jan. 1997. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100002&lng=pt_BR&nrm=iso. Acesso em: 22 jan. 2020.

SOLIGO, A. O racismo camuflado no Brasil e seus guetos simbólicos. *In*: GALLO, S. (org.). **As diferentes faces do racismo e suas implicações na escola**. 1. ed. Campinas: Leitura Crítica, 2014. 193 p.

SOLIGO, A; GONÇALVES, L.R.; JANGO, C. Psicologia, educação e relações racializadas. *In*: BORUCHOVITCH, E.; AZZI, R.; SOLIGO, A. (org.). **Temas em Psicologia Educacional: contribuições para a formação de professores**. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras. 2017. 268 p.

MAISA ELENA RIBEIRO: Doutoranda em Educação (UNICAMP); Mestre em Psicologia (PUCC); Especialista em Desenvolvimento Humano e Docência do Ensino Superior; Psicóloga (PUC-MG). Membro do grupo de Pesquisa Diferenças e Subjetividades em Educação (DIS): estudos surdos, do racismo, gênero e infância e do Grupo de Estudos sobre o Pensamento Negro em Psicologia e Educação da Faculdade de Educação da Unicamp. Coordenadora do Núcleo Campinas da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP) e do GT Relações Raciais e Formação em Psicologia da ABEP.
Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-4650-4594>
E-mail: maisapocos@gmail.com

ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO: Licenciada, mestre e doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Docente Sênior do Departamento de Psicologia Educacional e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp e membro do DiS-Grupo de Estudos e Pesquisas Diferenças e Subjetividades em Educação: estudos surdos, do racismo, gênero e infância. Membro da CADER-Comissão Assessora de Diversidade Racial, no âmbito da DeDH-Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp. Vice-presidente da ABEP-Associação Brasileira de Ensino de Psicologia.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7056-6649>
E-mail: angelasoligo@gmail.com

RIBEIRO, M. E.; SOLIGO, A. F.

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto
(*Open Archives Initiative - OAI*).